



ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CONCURSO DE SELEÇÃO PARA INGRESSO NA EMERJ - 2º SEMESTRE/2017

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PÚBLICO E PRIVADO

11 DE JUNHO DE 2017

I - TEORIA GERAL DO ESTADO E DIREITO CONSTITUCIONAL

1ª. QUESTÃO (6 PONTOS)

Na hipótese de impedimento temporário ou vacância dos cargos de Presidente e de Vice-presidente da República, a Constituição define quem são os substitutos eventuais. Se uma das autoridades mencionadas na Constituição, como substitutos do Presidente, for investigada em inquérito policial ou figurar como réu em ação penal, há impedimento para exercício, ainda que transitório, da função presidencial?

(máximo de 20 linhas)

2ª. QUESTÃO (6 PONTOS)

Após a propositura de Ação de Inconstitucionalidade junto ao S.T.F a norma impugnada é revogada, antes do julgamento. Após tomar conhecimento formal da revogação, sem que tenha ocorrido o julgamento, como tem decidido o STF? E se a revogação somente for comunicada após o julgamento, antes do trânsito em julgado? É possível, através de embargos de declaração, alterar o resultado do julgamento?

(máximo de 20 linhas)

II - DIREITO CIVIL

1ª. QUESTÃO (6 PONTOS)

É exigível juridicamente um contrato de promessa de doação? Responda justificadamente, de acordo com o posicionamento esboçado pela doutrina.

(máximo de 20 linhas)

2ª. QUESTÃO (6 PONTOS)

Quais as funções da cláusula penal? Quais modalidades de cláusula penal são encontradas em nossa Codificação Civil? Responda justificadamente.

(máximo de 20 linhas)

III - DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1ª QUESTÃO (6 PONTOS)

Hiroshi promove demanda em face de Mário objetivando o reconhecimento do domínio sobre determinado bem. Mário, ao ser citado, tenciona oferecer denúncia da lide em desfavor de Lincoln, que lhe vendeu o referido bem, para que, em caso de eventual derrota, possa obter o direito de regresso decorrente da evicção. Só que, ao observar o histórico da cadeia dominial na certidão do RGI, Mário observa que Lincoln, antes de lhe vender o bem, o havia adquirido de Arakawa, que, por sua vez, o comprou de Kirby.

Indaga-se: Mário poderia oferecer a denúncia da lide *per saltum*, isto é, indicando como denunciado apenas Kirby, para que este lhe efetue diretamente eventual ressarcimento de seus prejuízos?

(máximo de 20 linhas)

2ª. QUESTÃO (6 PONTOS)

Tom promove demanda em face de Nakajima objetivando o recebimento de uma quantia de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Este, ao ser citado, apresenta petição reconhecendo a procedência de parte do pedido, pois a seu entender o débito seria de somente R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

Diante desta circunstância, o magistrado profere julgamento antecipado parcial do mérito, criando título executivo judicial neste último montante e determina o prosseguimento do processo na etapa de conhecimento para que seja dirimida a discussão sobre o valor restante.

Indaga-se:

A) o magistrado poderia ter agido desta forma, fragmentando a análise do mérito ou ele deveria ser julgado integralmente em apenas uma oportunidade?

B) Se hipoteticamente for possível esta fragmentação, haveria uma sentença parcial de mérito ou uma decisão interlocutória de mérito? E qual seria o eventual recurso para impugná-la?

(máximo de 20 linhas)

IV - DIREITO EMPRESARIAL

1ª. QUESTÃO (6 PONTOS)

Explique o princípio do Juízo Universal da Falência e indique se ele se encontra ou não positivado na legislação falimentar brasileira e se existem ou não exceções em sua aplicação.

(máximo de 20 linhas)

2ª. QUESTÃO (6 PONTOS)

P. de Paulo ajuizou ação pelo procedimento comum para anular duas cláusulas do contrato social de Amarantos & Cia Ltda., da qual é sócio minoritário. Segundo o autor, o contrato social prevê que as quotas terão valor desigual e instituiu o direito de preferência na cessão de quota entre sócios.

A ilegalidade das cláusulas decorre: (i) da necessidade de as quotas terem o mesmo valor, pois são frações do capital social e, por conseguinte, devem ter o mesmo valor nominal, e (ii) da possibilidade conferida pela lei de o sócio transferir sua quota a quem seja sócio, independentemente de audiência dos demais.

Assim, tanto a instituição de direito de preferência na cessão quanto a desigualdade do valor das quotas devem ser extirpadas do contrato com a decretação de sua nulidade com o provimento do pedido.

Na condição de juiz (a) como decidiria? A resposta deve trazer os fundamentos legais.

(máximo de 20 linhas)

V - DIREITO PENAL

1ª. QUESTÃO (6 PONTOS)

Qual é o conceito do princípio da bagatela ?

Qual dos requisitos do crime ele exclui ?

(máximo de 20 linhas)

2ª. QUESTÃO (6 PONTOS)

Quais são os crimes que admitem tentativa ? Dê um exemplo.

Quais os crimes em que o resultado não está presente no tipo penal ? Exemplifique.

(máximo 20 linhas)

VI – DIREITO PROCESSUAL PENAL

1ª QUESTÃO (6 PONTOS)

Juliano responde a ação penal acusado da comissão de furto. A prova oral produzida na AIJ demonstrou que na conduta de subtração fora empregada violência física (socos, chutes e pontapés) contra o lesado. Esta circunstância elementar não fora descrita na denúncia. Na sentença, proferida ao final da audiência, o juiz entendeu que era a hipótese de incidência do instituto disciplinado no artigo 383 do CPP, sob o argumento de não ter havido mutação fática; que o réu se defende é do fato e não da classificação que lhe é dada na peça vestibular; que não existiu surpresa e nem prejuízo para a defesa que fora exercida com a

amplitude assegurada na Constituição. Assim, julgou procedente a pretensão punitiva e condenou **Juliano** nas penas do roubo (artigo 157, *caput* do CP).

ANALISE, **EM ATÉ 12 LINHAS**, A RESPOSTA JUDICIAL E ESCLAREÇA SE AGIU CORRETAMENTE O MAGISTRADO.

2ª. QUESTÃO - (6 PONTOS)

Roberto, que responde a uma ação penal acusado da prática de homicídio duplamente qualificado, obteve informação sobre a existência de um DVD contendo a gravação em áudio e vídeo da ação delitiva, cuja mídia digital está em poder de seu desafeto **Euzébio**. Premido pelas circunstâncias, por constituir o único meio para demonstrar a sua inocência, **Roberto** foi à residência de **Euzébio**, o qual se recusou a lhe fazer a entrega do DVD, assim como não permitiu o ingresso na casa, sob a evocação da inviolabilidade assegurada na Constituição. **Roberto** forçou a entrada e, após demorada procura, logrou êxito em encontrar o DVD. De posse deste, por seu advogado, requereu a juntada aos autos do processo. O Ministério Público postulou o desentranhamento, com espeque nos artigos 157, § 3º do CPP e 5º, incisos XI e LVI da CRFB, sob o argumento de se tratar de prova ilícita, não podendo ser utilizada no processo.

ELABORE, **EM ATÉ 15 LINHAS**, A DECISÃO A SER ADOTADA PELO JUIZ NA POSTULAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO.

VII - DIREITO DO CONSUMIDOR

QUESTÃO ÚNICA (8 PONTOS)

Um ônibus de transporte de passageiros interestadual de propriedade de YYY S/A, seguindo de Porto Alegre para Salvador, sofreu abordagem de meliantes fortemente armados quando passava pela Linha Vermelha, na cidade do Rio de Janeiro. Após a subtração de diversos bens dos passageiros, os assaltantes lacraram a porta pelo lado de fora, atearam fogo no veículo, com os passageiros no seu interior, e evadiram do local.

O motorista, diante do desespero de todos, acionou as saídas de emergência e auxiliou os passageiros a se retirarem do veículo. Todos se salvaram, mas alguns sofreram queimaduras, sendo encaminhados para o atendimento médico.

Considerando que o art.735 do Código Civil dispõe que “**A responsabilidade contratual do transportador por acidente com o passageiro não é elidida por culpa de terceiro, contra o qual tem ação regressiva**”, há responsabilidade civil de YYY S/A? Explique fundamentando.

(máximo de 20 linhas)

VIII – LÍNGUA PORTUGUESA - REDAÇÃO : (20 PONTOS)

No contexto contemporâneo, com as investigações e processos envolvendo casos variados e intermitentes de corrupção, lavagem de dinheiro, administração pública criminosa, a população se vê como refém de um sistema histórico de perdas para o País.

Nesse cenário, aparecem comportamentos de revolta, com manifestações em várias esferas e em variados formatos.

Levando em conta a interpretação de que a conduta dos políticos envolvidos se revela um grande desrespeito ao bem público, o cidadão pode acreditar que suas obrigações tributárias sempre foram objeto de desvio para o favorecimento de grupos de poder.

Com base nisso, surge uma onda de desobediência civil, como forma de protesto contra a chamada impunidade histórica, de que toda a sociedade é vítima.

Assim, há uma reflexão que deve ser feita.

Empregando **entre 25 e 30 linhas, obrigatoriamente**, componha um texto dissertativo-argumentativo em que se discuta, de forma fundamentada, o seguinte questionamento:

O cidadão brasileiro, ao se recusar a cumprir suas obrigações tributárias, previstas na Constituição, deve ser interpretado como um indivíduo que manifesta sua indignação com a conduta dos governantes ou como um cidadão que acaba por sobrepor interesses individuais aos interesses da coletividade, independentemente do mau uso dado às verbas públicas?

BOA SORTE !!!